



Angela Sartori
Coordenadora

Prefácio
Ives Gandra da Silva Martins

QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO ADUANEIRO E TRIBUTÁRIO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

PREFÁCIO
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

FORUM

Esta obra é um projeto de conselheiros e ex-conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), com ampla e reconhecida experiência na área aduaneira e tributária, que se debruçaram a estudar assuntos polêmicos inseridos no momento atual.

Os temas tratados aqui são de interesse de todos aqueles que militam nestas áreas e desejam se atualizar com posições jurisprudenciais dos tribunais administrativos e judiciais, além dos diversos entendimentos doutrinários, tornando assim um livro dinâmico.

Neste contexto, o papel da doutrina é essencial, sobretudo porque permite a investigação, pesquisa e análise levando os autores a um passo além da verdade já estabelecida.

Nosso intuito é fomentar o debate, o estudo, analisar as decisões judiciais e administrativas, apontando opiniões, muitas vezes controversas, demonstrando que tais opiniões e decisões vêm mudando através dos tempos, orientando com isto aqueles que atuam tanto na área tributária como aduaneira.

Neste cenário de frequentes debates, mudanças e alterações legislativas e jurisprudenciais buscamos trazer a compreensão dos assuntos mais polêmicos, aprofundando a compreensão sobre os temas e contribuindo para uma maior compreensão dos assuntos abordados e robustecimento de nossas bases doutrinárias, por meio de uma abordagem prática, das questões atuais.

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

DIREITO ADUANEIRO

Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS, MILITANTES NA ÁREA,
DESPACHANTES ADUANEIROS,
EMPRESÁRIOS E ESTUDANTES.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001444

Q5 Questões atuais de Direito Aduaneiro e Tributário à luz da jurisprudência dos tribunais / coordenado por Angela Sartori. - 2. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.

366 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0540-7

1. Direito. 2. Direito aduaneiro. 3. Direito tributário. 4. Jurisprudência. I. Sartori, Angela. II. Título.

CDD 343.096

CDU 347.79

Angela Sartori é advogada. Juíza do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT). Mestranda em Tributação Internacional e Desenvolvimento no IBDT. Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP e extensão em Direito Internacional pela FGV-GVlaw. Ex-Conselheira do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF). Membro da Comissão do Contencioso Administrativo Tributário da OAB/SP, mais de 20 anos de experiência na área tributária e aduaneira. Autora de diversas obras, professora e palestrante em diversos eventos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ives Gandra da Silva Martins	13
APRESENTAÇÃO	
Angela Sartori	15
O INSTITUTO DA DECADÊNCIA NO COMÉRCIO EXTERIOR	
Mércia Helena Trajano Damorim	17
O CONTROLE DO VALOR ADUANEIRO NA IMPORTAÇÃO	
Fernando L. Lobo d'Eça	33
1 Introdução	33
2 As fontes de controle do valor aduaneiro na importação.....	35
a) Os métodos de valoração do AVA-GATT	37
3 O objeto do procedimento de valoração aduaneira. Os limites entre o comércio exterior e o comércio interno e a revisão aduaneira.....	41
a) O negócio jurídico subjacente à importação e os pressupostos legais de sua valoração	44
b) Os critérios paradigmáticos (temporal e quantitativo) da valoração.....	49
c) A retenção e a liberação de mercadorias importadas objeto de valoração	51
4 As penalidades aplicáveis no procedimento de valoração....	55
a) Ideias introdutórias.....	55
b) Os casos de dúvida gerada pela falta de guarda ou apresentação de documentos e respectivos registros contábeis	60
c) Os casos de comprovada fraude, sonegação ou conluio e o crime de descaminho	62
1) O subfaturamento e a falsidade de declaração do importador.....	67
2) O perdimento de bens: O subfaturamento qualificado pela falsificação de documentos e a interposição fraudulenta de pessoas	71
3) A multa alternativa da pena de perdimento	76
Referências	81
O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA NAS IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS	
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira	83
1 Introdução.....	83
2 O imposto sobre serviços no estado brasileiro: Resgate histórico.....	84
3 Conceito de serviços.....	85
4 Importação.....	88
4.1 Importação de serviços: Visão geral	88
4.2 Importação de serviços: Visão pela Lei Complementar nº 116/2003	90
5 Conclusão	93

TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARE NA IMPORTAÇÃO

Dalton César Cordeiro de Miranda	95
1 Introdução.....	95
2 O computador e o <i>software</i>	95
3 A disciplina do <i>software</i> no sistema jurídico brasileiro	96
4 O conceito jurídico de <i>software</i>	97
5 Natureza dos fatos e relações jurídicas relacionadas ao <i>software</i>	98
6 Imposto de importação e <i>software</i>	98
7 A jurisprudência do Tribunal Administrativo Federal sobre a tributação de <i>software</i> na importação	99
8 Conclusão	107

ROYALTIES, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E NORMA INTERPRETATIVA

Gilberto de Castro Moreira Junior, Flora Ferreira de Almeida	109
1 Introdução.....	109
2 Conceito de <i>royalties</i> no direito brasileiro	109
3 Hipótese de incidência da Cide- <i>Royalties</i>	110
4 Jurisprudência do CARF	113
5 Alteração legislativa – Lei nº 11.452/2007 – Norma interpretativa	120
Referências	125

VEDAÇÃO AO DIREITO DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LEI Nº 13.137, DE 19 DE JUNHO DE 2015. INCONSTITUCIONALIDADE

Rangel Perrucci Fiorin	127
1 Resumo.....	127
2 Introdução.....	127
3 Das sucessivas alterações legais da COFINS e a não cumulatividade	128
Referências	137

O NOVO DRAWBACK “FLEX”

Luís Eduardo Garrossino Barbieri	139
1 Introdução.....	139
2 A evolução histórica da legislação	140
3 Reflexões sobre as consequências jurídicas decorrentes da “flexibilização”	148
3.1 Vinculação física x fungibilidade	149
3.2 Mercadorias equivalentes.....	150
3.3 Formalidades na comprovação.....	151
3.4 A possibilidade de substituição das mercadorias (flexibilização ou fungibilidade) poderá ser aplicada aos casos em litígio?	152
3.5 A flexibilização do regime e os acordos e tratados internacionais	154
4 Conclusão	154

DRAWBACK E A QUESTÃO POLÊMICA DE TRIBUTAR OU NÃO AS EXPORTAÇÕES AMPARADAS POR ESTE REGIME

Angela Sartori	157
1 Regimes aduaneiros especiais e sua natureza jurídica	157
2 Os regimes aduaneiros especiais existentes no Direito brasileiro	160
3 Definição legal – <i>Drawback</i> , um incentivo à exportação.....	160
4 Benefícios do regime e tributos alcançados	163
4.1 Beneficiários do regime.....	167
4.2 Produtos aos quais se aplica	168
4.3 Produtos ou situações de aplicação vedada	169
4.4 Modalidades e submodalidades de <i>Drawback</i>	170
4.5 Requisitos para concessão e processamento do regime.....	172
4.6 Operações de industrialização permitidas.....	172
4.7 Saldo comercial positivo.....	173
5 Aspecto polêmico – A exportação no <i>drawback</i> pode ou não ser tributada.....	174
6 Conclusão	182

A ZONA FRANCA DE MANAUS E A ISENÇÃO DE PIS E COFINS

Fabiola Cassiano Keramidas	183
1 Introdução.....	183
2 Da venda de produtos para empresas situadas na Zona Franca de Manaus	186
3 Do arcabouço legislativo específico do PIS.....	186
4 Do arcabouço legislativo específico da Cofins	188
5 O cerne da questão – A problemática instaurada com a interpretação das normas de PIS e COFINS e das decisões proferidas pelo STF	190
6 A jurisprudência dos tribunais: Judicial e administrativo.....	193
a) Tribunal Administrativo – Carf.....	194
b) Análise das Decisões Administrativas	197
c) Entendimento do Superior Tribunal de Justiça	207
7 Conclusão	209

INTERPOSIÇÃO FRAUDENTA EM OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO

Solon Sehn	210
1 Introdução e delimitação do tema.....	211
2 Modalidades de importação no direito brasileiro	212
3 Objetividade jurídica do tipo infracional.....	214
4 Tipificação e natureza da infração	217
5 Penalidades aplicáveis	223
6 Conclusão	229
Referências	230

CUMULAÇÃO DE PENALIDADES ADUANEIRAS: PENA DE PERDIMENTO, MULTA POR SUBFATURAMENTO E MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA

José Fernandes do Nascimento	233
1 Introdução.....	233
2 Da pena de perdimento à multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria	234

3	Do concurso de infrações aduaneiras	236
4	Características da pena de perdimento e da multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria.....	238
5	Falsidade da fatura comercial e o subfaturamento.....	239
6	A infração e a multa por subfaturamento.....	242
7	Aplicação da multa por subfaturamento cumulada com a multa de ofício qualificada.....	245
8	A pena de perdimento ou multa equivalente ao valor aduanheiro e a multa por subfaturamento	248
8.1	Aplicação da pena de perdimento ou da multa por subfaturamento.....	249
8.2	Aplicação da multa equivalente ao valor aduanheiro ou da multa por subfaturamento	251
9	Aplicação da multa equivalente ao valor aduanheiro cumulada com a multa de ofício qualificada.....	254
10	Considerações finais.....	255
	Referências	257

ASPECTOS JURÍDICOS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE ADUANEIRO

	Walter Machado Veppo	259
1	Introdução.....	259
2	Uma sinopse sobre a pena de perdimento no ordenamento jurídico brasileiro	261
3	O despacho aduanheiro e o início do procedimento especial de controle aduanheiro	263
4	Tipicidade – motivos determinantes para instauração do procedimento especial de controle aduanheiro.....	265
5	O princípio da proporcionalidade e o prazo de retenção dos bens para efeitos de controle aduanheiro	270
6	A instauração do procedimento especial – questões controvertidas	272
7	A questão da apreensão cautelar dos bens pela administração aduanheira	275
8	O encerramento do procedimento especial e seus reflexos	278
9	Conclusão	281
	Referências	283

UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

	Antonio Cecílio Moreira Pires, Eduardo Stevanato Pereira de Souza, Lilian Regina Gabriel Moreira	285
1	Introdução.....	285
2	A existência do processo administrativo	287
3	Processo administrativo – conceito.....	290
4	Aspectos constitucionais do processo administrativo	293
5	Princípios de direito público e o processo administrativo	296
6	Princípios processuais propriamente ditos.....	302
7	Conclusão: função administrativa e a atividade judicante.....	305
	Referências	311

A TRIBUTAÇÃO NA CESSÃO DE *SOFTWARE* DO EXTERIOR

	Gileno Gurjão Barreto , Letícia Marques Netto	313
1	Introdução.....	313

2	Parâmetros e definições	314
3	A controvertida tributação do <i>software</i> no âmbito do ISS x ICMS: Previsão legal e jurisprudência	316
4	PIS/COFINS – Importação na importação de <i>software</i> por <i>download</i>	324
5	Aplicação do regime não cumulativo às operações subsequentes, com <i>software</i> nacionais ou importados.....	329
6	Conclusões.....	339

REFLEXÕES SOBRE A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

Angela Sartori, Carlos Eduardo de Biasi	341
1 Introdução.....	341
2 O procedimento amigável em matéria tributária internacional.....	342
3 A cláusula arbitral no âmbito internacional e suas críticas.....	347
4 A arbitragem em matéria tributária no Brasil e as principais críticas	352
5 Reflexões sobre a Arbitragem e a aplicação da legislação no Brasil.....	356
6 Conclusão	360
Referências	361
 SOBRE OS AUTORES	 363